

Senado: onde mais se debateu a política durante este ano

JORNAL DE BRASÍLIA

05 DEZ 1976

Das duas conchas que compõem a arquitetura do palácio do Congresso, uma virada para cima — indicando o plenário de Câmara — e a outra emborcada — indicando o plenário do Senado — a que abrigou fatos de maior importância política durante o período de sessões que ontem se encerrou, às onze horas, foi a concha emborcada do Senado.

Sem incluir os assuntos do cotidiano dos estados, levados pelos representantes de cada região, o Senado se viu dominado neste ano também pelos temas institucionais e da atualidade econômica, tendo servido até de base para o lançamento da candidatura de Magalhães Pinto à Presidência da República.

A vitória da oposição em 1974 fez crescer sua bancada no Senado, contribuindo para a melhoria do nível da representação, e forçando uma atuação menos cômoda da bancada arenista, logrou como consequência maior a transformação daquela casa numa espécie de grande caixa de ressonância das diversas correntes da opinião pública nacional.

Recorda-se, de início, que Marcos Freire (MDB-PE), ao retornar ao país, vindo da ONU, ao mesmo tempo em que criticou o AI-5, propôs um entendimento entre Governo e oposição para a restauração do regime constitucional. Chegou mesmo a sugerir que os dois partidos buscassem um modelo de regime constitucional capaz de garantir os direitos e garantias individuais, a segurança do Estado e das suas instituições, afirmando ser este um Congresso tolerado, tutelado.

A resposta do Governo foi dada no dia seguinte, pelo senador José Sarney (Arena-MA), por autorização da liderança da maioria. O senador maranhense repeliu, em nome do Governo, as críticas formuladas pelo senador Freire ao regime vigente, argumentando que o Presidente da República tomara a iniciativa de lançar um programa de desenvolvimento integrado em pleno curso.

— O Governo continua firme no desenvolvimento político. Esta é uma determinação, uma meta a prosseguir, e a fórmula de conciliação entre desenvolvimento e segurança, liberdade e democracia, será encontrada. Neste aspecto, devo lançar um apelo ao MDB, para que ele não seja um tecelão das intrigas, a pretexto da vida insti-

tucional, pois esta conduta, certamente, não tem ajudado, não vai ajudar e prejudicará a ajuda — disse José Sarney.

Da parte da Arena, o senador Teotônio Vilela encarrega-se de prosseguir em sua análise crítica a respeito dos diversos aspectos da realidade político-institucional, discordando da linha de orientação adotada pela liderança da maioria. O senador alagoano não só preconizou o entendimento entre os dois partidos, como aceitou a proposta para que o Senado tomasse a iniciativa de encampar o modelo político resultante do acordo entre a Arena e o MDB.

O capítulo dos direitos e garantias individuais suscitou acalorados debates entre os líderes da maioria e da minoria no Senado, Petrônio Portella e Franco Montoro, assim como entre o líder governista na casa e o senador oposicionista gaúcho Paulo Brossard.

As cassações dos deputados Nadir Rossetti e Amaury Muller, assim como, posteriormente, do deputado Lysâneas Maciel, também serviram para colocar em confronto os líderes das duas bancadas.

O plenário do Senado foi palco da grande discussão em torno de temas político-institucionais. Os senadores Paulo Brossard, Marcos Freire, Danton Jobim, Franco Montoro e Itamar Franco, entre outros, insistiram na necessidade da restauração de um regime de liberdade democrática, admitindo maior ou menor grau e medidas necessárias à segurança do Estado e das instituições.

Pela Arena, os senadores Petrônio Portella, Eurico Rezende, Jarbas Passarinho, José Lindoso, José Sarney e Virgílio Távora se encarregaram de reafirmar os compromissos da Revolução e do Governo com os princípios democráticos que motivaram a eclosão do movimento de 1964 e defenderam a necessidade de um aperfeiçoamento gradual, lento e firme de nossas instituições — projeto em que se engajava o Governo do presidente Ernesto Geisel.

Destoaram da liderança, reivindicando radicais transformações, os senadores Dinarte Mariz (Arena-RN) e Teotônio Vilela. O primeiro, preconizou a implantação de um Estado unitário, através de uma nova Constituição a ser votada pelo atual Congresso, que seria transformada em Assembléia Constituinte por ato Re-

volucionário; o segundo, sustentando as teses que marcaram sua estréia na sessão legislativa do ano passado, isto é, a elaboração de uma reforma constitucional, como produto da conciliação e do entendimento entre os dois partidos, admitindo concessões de parte a parte, ou seja, uma tentativa de compatibilizar a segurança nacional e os direitos de cada cidadão.

A oposição explorou fartamente abusos de altos funcionários governamentais na manutenção de residências e mordomias oficiais, sobretudo através de discursos pronunciados pelos senadores Paulo Brossard, Franco Montoro, Itamar Franco, Orestes Quêrcia, Lázaro Barbosa, Roberto Saturnino, entre outros.

A política econômico-financeira foi outro grande destaque no debate de plenário e das comissões técnicas do Senado, durante a sessão legislativa que se encerrou. As principais figuras da oposição se encarregaram de fazer a crítica da política econômico-financeira do Governo, antevendo o agravamento da crise em função do modelo escolhido pela Revolução, e não em razão do aumento dos preços do petróleo no mercado internacional.

Entre outros, sustentaram a crítica oposicionista a aspectos da política econômico-financeira os senadores Roberto Saturnino, Paulo Brossard, Franco Montoro e Itamar Franco. O senador Roberto Saturnino, em mais de uma oportunidade, reclamou uma radical alteração no modelo adotado, propondo "um fechamento da economia para dentro, de forma a explorar mais racionalmente as potencialidades do mercado interno".

O debate econômico produziu cenas pitorescas, como aquelas provocadas pelo discurso do senador oposicionista Agenor Maria, do Rio Grande do Norte. Com sacos de feijão, farinha e arroz, o senador potiguar mostrou a grande diferença existente entre os dados estatísticos apresentados pelo Governo e a realidade com que se defrontavam diariamente os produtores rurais — cada vez mais submetidos a preços incompatíveis com seu esforço de produção — e a massa de consumidores, explorada por uma comercialização defeituosa e monopolista.

O senador Gilvan Rocha, como médico, fez uma profunda análise da saúde política, econômica e social do Brasil.